

Português do Brasil : análise de conteúdos sintáticos em livros didáticos

Mariangela Garcia **LUNARDELLI**
Universidade Norte do Paraná
Regina Maria **GREGÓRIO**
Universidade Estadual de Londrina

Palavras-chave: português do Brasil, sintaxe, livros didáticos

Resumo: Este trabalho propõe verificar se os livros didáticos de 1º grau – 7 coleções – já estão assimilando certas tendências da língua padrão brasileira. Foram escolhidos 4 aspectos do nível sintático que tiveram mudanças entre o PP – Português de Portugal – e o PB – Português do Brasil – para exemplificar essas tendências: o sistema de pessoas do discurso e a implementação de você/vocês; a colocação pronominal – próclise, mesóclise e ênclise; tendências e fossilização; o uso das variantes acusativas – clíticos, pronome lexical e objeto nulo; e as construções de tópico.

Abstract: The aim of this work is to verify whether 1º Grau textbooks – in a sample of seven series – have already assimilated some trends of the Brazilian standard language. Four syntax level aspects, which have undergone some changes, have been selected from Portuguese from Portugal (PP) and Portuguese from Brazil (PB) in order to exemplify these trends: speech person system and the implementation of você/vocês; pronoun position – proclisis, mesoclis and enclitic; trends and fossilization; use of accusative variants- clitics, lexical pronoun and null object; and topic constructions.

Resumen: Este trabajo propone verificar si los libros didácticos de primer grado – 7 colecciones – ya están asimilando ciertas tendencias de la lengua patrón brasileña. Hemos elegido 4 aspectos del nivel sintáctico que presentaron cambios entre el PP – Português de Portugal – y el PB – Português de Brasil – para ejemplificar esas tendencias: el sistema de personas del discurso y la implantación de "você / voces"; la colocación del pronombre – proclisis, mesoclis y enclisis "tendencias y fossilización; el uso de las variantes acusativas – clíticos, pronombre lexical y objeto nula; y las construcciones de tópico.

Introdução: Brasil – sua escola, sua língua, sua gramática

O Brasil teve uma das maiores expansões da rede escolar em todo o mundo, mas a massificação do ensino reduziu drasticamente a qualidade das escolas e os salários dos professores. Diante das necessidades, o país investe pouco em educação. As taxas de repetência são as maiores do mundo. (PAÍS desperdiça recursos para a educação, 1994, Caderno Especial, p. 8)

Um artigo de jornal e verdades tão contraditórias: um país de grande expansão escolar e de grande ineficiência educacional. Foi nobre a intenção dos nossos governantes no início da década de 70 em estender o ensino a todas as crianças brasileiras, visto que até então havia escolas e alunos “elitizados”. E a idéia “toda criança na escola”¹ teve seus efeitos colaterais: não foram criadas condições de ensino nem para os professores nem para os alunos que passam, conforme a distinção de Castilho (1998), por três crises – a crise social, a crise científica e a crise do magistério. A crise social sobre a qual o artigo da Folha de São Paulo já fez o comentário; a crise da ciência que até pouco tempo só via a língua como um fenômeno homogêneo, esquecendo-se de sua função social; e a crise do magistério, caracterizada pela redução do tempo de estudo e de atualização dos professores somada às deficiências do curso superior, como destaca Mattos e Silva (1997, p. 46):

a grande maioria dos professores de 1º e 2º graus do Brasil ou passam por cursos superiores periféricos, alguns, ou, como é o caso da grande maioria – sobretudo se nos afastarmos dos centros das grandes cidades para suas periferias, e mais ainda, deles para o imenso mundo rural brasileiro – a realidade é antípoda daqueles poucos que alcançam uma boa formação lingüística nas universidades.

¹ Slogan da campanha de educação nacional do governo brasileiro - gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As conseqüências dessas crises podem ser muito bem observadas através dos professores formados nesse processo: “hoje há um número significativo de professores que, certamente, não dominam o padrão preconizado pela escola” (SILVA 1997, p. 53).

A fidelidade lingüística apregoada pelos filólogos e puristas do português vem sendo esfacclada por aqueles que até pouco tempo eram considerados os auxiliares dos conservadores da língua – os professores. Essa fidelidade, de característica vigilante e policiadora, que pretende “preservar a língua da ‘corrupção’ a que está exposta” (SILVA 1997, p. 40) está presente, no entanto, em alguns resistentes materiais didáticos, muitas vezes ditos “modernos” e que pregam “o uso real da língua” – materiais didáticos que seguem a famosa gramática normativa ou tradicional – leis para “ler e escrever corretamente” nosso idioma.

Calcada em mais de 20 séculos, a gramática tradicional fixa o erro e privilegia a língua escrita dos grandes escritores, como assim o fizeram os filólogos de Alexandria (séc. II a C.): condenava os outros usos languageiros e determinava o que devia ser falado e escrito pela sociedade em geral.

A dificuldade, portanto, é óbvia: de um lado, regras, puristas, materiais didáticos; por outro, usos reais, professores reais, falantes reais da língua. E a escola no meio. Para que haja mudanças no ensino, Possenti (1996, p. 16), por exemplo, pensa que “não basta remendar alguns aspectos. É necessária uma revolução. No caso específico do português, nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino de língua na escola”.

Nesse caso, o papel da escola continuará a ser o de ensinar a língua padrão? Possenti (1996, p. 17) acredita que sim: “a tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão”. Geraldi (1984, p. 46), apud Silva (1997, p. 49-50), também defende o dialeto padrão na escola:

[...] me parece que cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que isto signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isto porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um dos caminhos.

Mas o que seria hoje o dialeto padrão de nossa língua portuguesa?

Estudos lingüísticos apontam para novas tendências da língua padrão, como as pesquisas do projeto NURC – estudo da linguagem urbana culta de cinco capitais brasileiras. Orientado para depreender a norma culta fundada no uso real da língua, o projeto NURC, implementado em 1969, tem fornecido inúmeros trabalhos – teses, monografias, artigos – que descrevem a nossa realidade lingüística. Desde 1988, sob a direção do professor Ataliba Castilho, o grupo propôs-se construir uma gramática do português falado, embora seu objetivo primeiro permaneça: criar práticas de ensino.

Somando o trabalho do NURC aos estudos sociolingüísticos, dialetológicos e de ensino bidialetal, alguns aspectos heterogêneos da língua portuguesa já podem ser ressaltados – aspectos que tornam, dia a dia, nosso português mais brasileiro.

Parece-nos que a consideração de que o Português do Brasil (doravante PB) seja, em traços importantes, diferente do Português de Portugal (doravante PP), pode – e deve – alterar o quadro da gramática padrão. A fidelidade lingüística, “fundada na língua escrita, segundo a melhor tradição plurissecular, que gerou sentenças inibidoras como ‘escrever como os antigos’ ou como ‘os nossos clássicos’ e o sintagma discriminatório ‘português castiço’” (SILVA, 1997, p.41), nos trouxe sempre a herança lusitana para as nossas gramáticas normativas. Esse “ideal lusitanizante”, que perdurou até meados do século passado, está dando lugar aos estudos lingüísticos sobre o PB. Esses estudos não são tão recentes: Mattoso

Câmara Jr já apresentava artigo sobre o acusativo do PB, em 1957 – período anterior até à NGB, de 1959.

Será que essas tendências do PB estão atingindo os materiais didáticos, principais intermediadores entre a ciência e o magistério?

Pensando nisso, propomos verificar se os livros didáticos de 1º grau já estão assimilando essas tendências da língua padrão brasileira. Para tanto, foram analisados os aspectos sintáticos de 7 coleções de livros didáticos. Porém, antes, verificaremos esses aspectos referentes ao PP e PB.

1. Aspectos Sintáticos do Português do Brasil e de Portugal

Para este estudo, foram escolhidos 4 aspectos do nível sintático que tiveram mudanças entre o PP e o PB: o sistema de pessoas do discurso e a implementação de você/vocês; a colocação pronominal – próclise, mesóclise e ênclise: tendências e fossilização; o uso das variantes acusativas – clíticos, pronome lexical e objeto nulo; e as construções de tópico.

1.1. As pessoas do discurso

Conforme Teyssier (1997, p. 107), o PB simplificou os pronomes sujeitos como o PP: o vós desapareceu e o tu sobrevive apenas no extremo sul e em áreas não suficientemente delimitadas no norte.

Castilho (1997, p. 255) demonstra o sistema dos pronomes pessoais vigente nas regiões centrais brasileiras, omitindo tu e vós: no seu lugar, o aparecimento do pronome de tratamento você/vocês como pessoas do discurso/ pronomes sujeitos. Também o mesmo autor aponta para a substituição de nós para a gente: “a antiga expressão indeterminada penetrou no quadro dos pronomes pessoais, funcionando basicamente como nós, mas também como eu, quando o falante quer ser menos assertivo”.

Silva (1997, p. 62) simplifica o quadro dos pronomes sujeitos, descrevendo-o dessa maneira:

Número	+P1	-P1
Singular	Eu	Você
		Ele
Plural	Nós	Vocês
	A gente	Eles

em que: +P1: referente à 1ª pessoa, e -P1: referente ao afastamento da 1ª pessoa.

Somado a essas pesquisas, o trabalho desenvolvido por Galves (1998, p. 92) é conclusivo: *ao sistema de três pessoas se substitui assim o sistema binário (1ª/3ª) que pode ser caracterizado simplesmente pela oposição pessoa/ não pessoa.*

1.2. A colocação pronominal

A segunda diferença que mostraremos se encontra na sintaxe de colocação, conhecida na gramática como colocação pronominal: as manifestações denominadas próclise, mesóclise e ênclise.

Galves (1998) chama a atenção para o PB quando o clítico aparece em posição primeira na frase, impossível no PP que segue – como seguia o PB – a lei de Wackernagel: proibição do clítico em início de frase. Teyssier (1997, p. 106) nota que o brasileiro aceita naturalmente essa situação: “Me diga alguma coisa.; e que quando o pronome é complemento de um infinitivo, de um gerúndio ou de um particípio, vem sistematicamente ligados a eles”, dando como exemplos: “Pode me dizer? E não Pode-me dizer?, ia pouco a pouco se afastando e não ia-se pouco a pouco afastando, não tinha ainda se afastado em lugar de não se tinha ainda afastado”.

E acrescenta que o PB “continua a construir com o pronome em próclise enunciados do tipo João se levantou, normais no português clássico, mas não no português europeu atual”.

Além desses fatos, é válido mencionar também a fossilização da manifestação da mesóclise, tanto na língua oral quanto na escrita.

1.3. Os acusativos

Outro aspecto sintático que tem nos dado inúmeras pesquisas sobre o PB é relativo às variantes da função acusativa. Em 1957, Mattoso Câmara Jr (1979, p. 99) escreveu o artigo “Ele como acusativo no português do Brasil”, mostrando a presença do pronome dito sujeito como objeto nas frases. Era o início de uma série de estudos que viriam a seguir: Omena -1978, Duarte – 1986, Correa – 1992, Ramos – 1992, Galves – 1984, 1987, 1989, 1991, 1993, 1998, e Cyrino – 1990, 1992, 1993, 1997; as coletâneas organizadas por Tarallo, *Fotografias lingüísticas* – 1989, e por Roberts e Kato, *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica* – 1993².

Galves (1984), apud Castilho (1997, p. 258), afirma que o “parâmetro pro-drop distingue o PB do PP, pois enquanto naquele se omite com mais frequência o OD, neste omite-se com mais frequência o sujeito”. Duarte (1989) confirma a omissão do OD em uma pesquisa sociolingüística de modelo laboviano. Através de dados de 50 informantes, exhibe os seguintes resultados: uso do clítico acusativo – 4,9%, pronome lexical (o pronome sujeito) – 15,4%, uso de SNs anafóricos – 17,1% e categoria vazia ou objeto nulo – 62,6%. Confirma ainda as características dessa categoria vazia: traço semântico [- animado] e realização em todas as faixas etárias, com o desaparecimento dos clíticos na fala dos jovens. Conclui seu estudo constatando que a categoria vazia está implementada no sistema lingüístico do PB, de forma diferente com o que acontece com o PP.

² Essas obras, por servirem como referências históricas, não serão citadas na seção “Referências bibliográficas”.

A mesma conclusão tem Galves (1998, p. 81), partindo de uma abordagem gerativista desta questão. Do ponto de vista da Língua-I – língua interna – por Chomsky, ela compara traços sintáticos do PB e PP, entre eles a função acusativa: “o que mais chama a atenção, por ser o mais impossível tanto em PE quanto em outras línguas românicas, é o uso dos pronomes tônicos você e ele na posição objeto sem nenhuma reduplicação clítica nem preposição. Quanto ao uso dos clíticos, chega à mesma conclusão que Duarte: o caso dos clíticos de terceira pessoa, por exemplo, é representativo de um tipo de construção que tem tendência em desaparecer da língua” (1998, p. 87).

Essa variação entre PP e PB é de tal forma distinta na pesquisa de Galves (PONTES, 1998, p.83) que declara:

o uso do pronome tônico em posição objeto chega a diferenciar o PB das outras línguas românicas e a aproximá-lo de línguas que não têm sistema de clíticos, nem sistema morfológico casual nos pronomes, e usam a mesma forma no nominativo e no acusativo referindo-se, nesse caso, à proximidade com o chinês.

Cyrino (1997, p. 263) compôs um estudo sintático-diacrônico sobre o objeto nulo no PB e constatou as seguintes mudanças históricas: mudança fonológica no século XVII “que impossibilita a ocorrência de clíticos de terceira pessoa em certos contextos”; diminuição do número de clíticos neutros – século XVIII – “pois o falante tem à sua disposição uma opção oferecida pela gramática: pode dizer a mesma coisa usando a eclipse sentencial”; e, no século XX, a presença do objeto nulo com antecedente [-animado] e “a emergência de mais uma opção para a realização do objeto, quando a reconstrução não é possível: o pronome tônico”.

A conclusão de Cyrino (1997, p. 282) é a comprovação de mudança de paradigma pronominal no PB: “não existe mais o clítico neutro, este sendo substituído pelo objeto nulo, e os outros clíticos de 3ª pessoa sendo substituídos também, ou pelo objeto nulo, ou pelo pronome tônico”.

1.4. A Topicalização

Galves (1998) afirma, em seu estudo gerativista sobre as estruturas sintáticas, que o PB vai diferir tipologicamente do PP mas se aproximará de línguas como o chinês, “língua orientada para o tópico”. Essa conclusão já havia sido noticiada por Pontes (1987) em seu livro *O tópico no português do Brasil*, no formato de artigos/trabalhos apresentados em encontros e congressos, em que traz as construções de tópico em língua oral e língua escrita, sua diferença em relação à manifestação “deslocamento à esquerda” – DE e a explicação da ordem VS em português. Determina a topicalização uma propriedade do PB, inexistindo no PP. Constata que o brasileiro é preconceituoso quanto às estruturas que usa e acredita que

uma das tarefas principais, ou talvez a principal, da Lingüística Aplicada no Brasil é lutar contra estes preconceitos, descrevendo a língua oral e mostrando como ela é rica, como o povo conhece sua língua e a usa apropriadamente, e que muitas destas estruturas [...] são completamente normais e aceitas em línguas que têm longa tradição de escrita. O português e o chinês estão entre estas línguas.(PONTES, 1987, p. 95)

Essa breve exposição sobre diferenças de nível sintático entre PP e PB nos leva a questionar: se alguns funcionamentos gramaticais podem já ser considerados “tupiniquins”, por não se assemelharem ao português europeu, por que não o são? Silva não responde à nossa questão mas reflete: “esta língua brasileira pode já ser outra ‘língua’, no sentido de outra ‘grammar’, o que resta saber é se, ideologicamente, se quer isso” (MATTOS e SILVA, 1997, p. 77).

2. O PB e os Nossos Livros Didáticos

Para descobrir se os materiais didáticos buscam, em seus conteúdos gramaticais, esclarecer alguns aspectos do PB, foram escolhidos 7 coleções de livros didáticos para o 1º grau – 5ª à 8ª séries, visto que, para o ensino médio, de 2º grau, estão sendo reformuladas práticas pedagógicas, algumas muito recentes para se ter material de apoio. Além disso, o ensino fundamental é responsável pela aprendizagem dos traços a serem analisados: pronomes sujeitos, colocação pronominal, objeto direto (à procura de variantes acusativas). Também tentou-se encontrar construções de tópico. Não foi verificada a coleção *ALP – análise, linguagem e pensamento* (1994) por trabalhar a análise do discurso e a gramática textual e não apresentar a gramática de forma sistemática. A proposta socioconstrutivista compara os diferentes tipos de uso do PB. Infelizmente, a coleção é tratada por muitas escolas como livro de leitura por justamente não figurar listas de conteúdos gramaticais, sendo usada junto a uma gramática pedagógica.

A seguir, a relação das 7 coleções, seus autores, data de publicação e sigla a ser utilizada no estudo:

1. Cabral, *Palavra Aberta*, 1995, PA;
2. Faraco & Moura, *Linguagem Nova*, 1995, LN;
3. Leite e Bassi, *Português Leitura e Expressão*, 1996, PLE;
4. Mesquita e Martos, *Português Linguagem e Realidade*, 1995, PLR;
5. Nicola e Infante, *Palavras e Idéias*, 1995, PI;
6. Sargentim, *Atividades de Comunicação*, 1995, AC;
7. Siqueira e Bertolin, *A construção da linguagem*, 1995, CL³

³ Essas coleções encontram-se em anexo.

2.1. Os princípios metodológicos das coleções

As propostas e os princípios de cada coleção existem para o professor poder analisar melhor o material didático. A coleção LN não apresenta nenhuma orientação nesse sentido. A CL diz trabalhar a gramática normativa com muitos exercícios de fixação. A col. PA contém manual do professor: a gramática é, para os autores, “a prática consciente da língua em uso”. A PLE trabalha os aspectos normativos da língua e seu material contém “o funcionamento do chamado padrão culto da língua”. A PLR acredita na “gramática consciente: análise, comparação, reflexão e conceitualização” com exemplos concretos nos conteúdos gramaticais: “É essencial não desvincular as atividades de linguagem concretamente vivenciada pelos alunos”. A expressão coletiva e individual da língua é o objetivo da PI, em que a sistematização da gramática está reservada para a 7ª e 8ª séries. Por fim, a col. AC não apresenta propostas para o professor, mas sim esclarecimentos para o aluno, afirmando que o estudante “pode e deve aprimorar a comunicação lingüística para se tornar um usuário eficiente da língua que fala”.

2.2. As pessoas do discurso

Quanto aos pronomes sujeitos, a lista dos pronomes retos e oblíquos continua em todas as coleções, assim como o pronome você que consta como pronome de tratamento. As coleções LN e CL não avançam em esclarecimentos. A coleção PLR apresenta tu e você juntos na lista dos pronomes retos, mas sem explicação. A col. PI também recorre à mesma lista, explicando, em um exercício de fixação, que “há duas formas que a língua portuguesa oferece para a pessoa com quem se fala” (p. 92 – 5ª série). Já a PLE, além de esclarecer que você/vocês pedem verbo na 3ª pessoa, fornece a seguinte observação: “o pronome você, antigamente vosmecê, deixou de ser um pronome de tratamento cerimonioso e hoje é

empregado informalmente como pessoa do discurso” (p. 123 – 5ª série). A col. PI não descarta os pronomes tu/vós, mas já coloca você/vocês como pronome pessoal reto e como pessoa do discurso, sem esclarecimentos. E na col. PA, ocorre a lista com pronomes retos, sem alteração. No entanto, destaca, no estudo dos pronomes de tratamento, uma observação pertinente:

Em grande parte do Brasil, são usados para se dirigir à pessoa com quem se fala os pronomes de tratamento você/você no lugar dos pronomes pessoais tu/vós:

Tu queres ir ao cinema?

Você quer ir ao cinema?

Observe que o pronome de tratamento, embora se refira à 2ª pessoa, requer o verbo na 3ª pessoa gramatical. Do mesmo modo, os pronomes pessoais oblíquos de 3ª pessoa (se, lhe, o, a) referem-se ao pronome você. Por exemplo: *Eu encontro você hoje!* *Eu o encontro hoje!* (p. 77, 6ª série). Após essa observação, não apresenta nenhum exercício sobre isso.

Sobre a variação nós/a gente, nenhuma coleção teve comentários, permanecendo a discussão excluída dos materiais didáticos.

2.3. Colocação pronominal

As manifestações de próclise, mesóclise e ênclise não foram trabalhadas em nenhum livro das coleções PA e PI. Diferentemente da col. CL que lista todas as regras de colocação e fornece páginas de exercícios estruturais. Acontece o mesmo com a col. AC. Entretanto, chamou-nos a atenção um exercício que pedia ao aluno riscar a colocação errada. Justamente essa colocação errada é característica do PB: “Foi o que lhe pude lhe explicar., Não quis lhe dizer-lhe nada”. (pág. 170, 8ª série). A col. PLR também explica as regras de próclise, mesóclise e ênclise, com exemplo do PP: “Os pratos tinham-se espantado pelo chão”. (p. 82, 7ª série).

Com o poema de Oswald de Andrade – Pronominais – a col. PLE começa sua explicação quanto às “normas de colocação pronominal”. Já no primeiro parágrafo, tem-se a seguinte observação:

as normas de colocação pronominal foram herdadas de Portugal, onde, por razões fonéticas, é corrente o uso da mesóclise. Nós, brasileiros, preferimos usar a próclise, tanto quando falamos como quando escrevemos. No entanto, como várias normas de uso de pronome ainda estão em vigor, é preciso conhecê-las. (pág. 189 – 8ª série).

Observações também foram dadas na col. LN quando da explicitação das regras: “no Português falado e escrito no Brasil hoje, não existem regras fixas de colocação pronominal. Estudemos algumas normas, todas herdadas de Portugal, que ainda estão em vigor no Brasil”. (p. 214 – 8ª série). Mais adiante, na primeira regra de ênclise – não utilização em início de frase – faz-se o segundo comentário: “no Português falado e escrito no Brasil, é comum iniciar-se oração com pronome oblíquo átono, contrariando a regra: Te amo. Me passa o feijão, por favor”. (p. 216)

Essas três observações não só confirmam o poder da norma “ainda em vigor” mas contradizem-na explicando que os brasileiros não seguem mais as regras de colocação, nem para falar, nem para escrever. Conclusão: ensina-se gramática e não língua portuguesa, ensina-se o desuso da língua.

2.4. Os acusativos

As variantes acusativas estão em pouco número nas coleções de livros didáticos. Se os estudos, nessa área, demonstram – por sincronia e diacronia – que o objeto nulo, o pronome lexical (ou tônico) estão substituindo o clítico acusativo, “em vias de extinção”, por sua vez, o que podemos verificar nos livros é uma valorização dos pronomes oblíquos, com listas e exercícios infinitos. Todavia,

no que se refere ao objeto direto, os clíticos, se não desaparecem, constam em raros exemplos, e dão lugar aos SNs, geralmente de forma não anafórica, pois o estudo permanece centrado em frases soltas, sem contextualização, sem textos.

Assim, as coleções PA e PI não apresentam exemplos de OD com clíticos, e as coleções CL, AC, LN, PLE e PLR os apresentam, mas de maneira escassa. Uma única observação foi dada, pela col. PLR, no item “função sintática dos pronomes pessoais”. Quanto à função dos pronomes pessoais retos, declara: “há casos em que são empregados como OD: ‘Somente havia ele na sala’. Esses casos ocorrem com o verbo haver”. (p. 93 – 7ª série).

2.5. Topicalização

Embora tenhamos analisado só os itens que se referiam à sintaxe e morfo-sintaxe e não nos ativemos aos textos dos capítulos, não percebemos, em nenhum momento, alguma construção de tópico nem de DE – deslocamento para a esquerda. Também notamos não haver orações em ordem inversa VS. A ordem seguida nos estudos sintáticos foi sempre SV, SVO.

Quanto à ausência da topicalização, parece-nos uma não-aceitação dessas construções que atinge, sobretudo, o aluno. Pontes (1987, p. 94) lamenta o fato: “A não-aceitação, pelos professores, destas estruturas na redação dos alunos é, para mim, um empobrecimento do poder de expressão dos alunos”.

Que a gramática tradicional impera, embora não respeitada, não podemos discordar. Que existem contradições nas propostas para os professores, a análise comprovou. Contudo, observamos pequeninas luzes no fim desse túnel normativo: os autores, a nosso ver, ainda receosos em mostrar fatos do nosso próprio português, não escrevem senão algumas poucas observações a respeito das mudanças sintáticas. Se eles continuam, por enquanto, a ser o elo

que une a atividade científica – devendo ser voltada para os fatos sociais e buscando soluções práticas – e a atividade do magistério – escola, professor e aluno, não podem deixar valerem preconceitos e leis. Não devemos ter vergonha ou medo daquilo que falamos e escrevemos. É à nossa língua que devemos ser fiéis.

Considerações finais

Tupy or not tupy, that is the question.

Manifesto Antropofágico, Oswald de Andrade

Percebemos, ao longo dessa exposição, quão complicado é passarmos da ciência para a escola: tropeçamos em tradições permanentes em materiais didáticos. Na verdade, não se trata da distante atividade científica: trata-se da distante aceitação, por todos os estudiosos, população escolar e sociedade, daquilo que, em geral, todos falamos e escrevemos. Possenti (1996, p. 32) concorda:

No dia em que as escolas se derem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, e é em grande parte por isso que falta tempo para ensinar o que não sabem, poderia ocorrer uma verdadeira revolução.

Revolução que seria social, não só escolar. No entanto, o adjetivo “distante” que usamos foi preciso, embora infeliz.

Enquanto certas tradições gramaticais permanecerem, o professor pode buscar alternativas de trabalho: “se se quiser analisar fatos da língua, já há condições de fazê-lo segundo critérios bem melhores do que muitos dos utilizados atualmente pelas gramáticas e manuais indicados nas escolas” (POSSENTI, 1996, p. 56).

Caminhos existem se pretendemos mostrar aos nossos alunos diferenças como as analisadas nesse estudo – sintaxe do PP e PB. Murrie (1994, p. 75) propõe alguns deles:

constituir um material de trabalho e submetê-lo à classificação, com as categorias já existentes; aprender o sistema como ele se realiza, como funciona; conhecer os usos efetivos da linguagem; submetê-lo às considerações sobre a linguagem escrita ou oral; despertar o interesse sobre a formulação, análise e síntese do material apresentado, seriam alguns caminhos apontados para o ensino da gramática.

Anexo – Referências Bibliográficas das Coleções Utilizadas no Estudo

- CABRAL, I. *Palavra aberta*. São Paulo: Atual, 1995. (PA)
- CÓCCO, M. F.; HAILER, M. A. *ALP: análise, linguagem e pensamento*. São Paulo: FTD, 1994. (ALP)
- FARACO; MOURA. *Linguagem nova*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. (LN)
- LEITE, M.; BASSI, C. *Português: leitura e expressão: 1º grau*. São Paulo: Atual, 1996. (PLE)
- MESQUITA, R. M.; MARTOS, C. R. *Português: linguagem e realidade*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. (PLR)
- NICOLA, J. de; INFANTE, U. *Português: palavras e idéias*. São Paulo: Scipione, 1995. (PI)
- SARGENTIM, H. *Atividades de comunicação*. São Paulo: Ibep, 1995. (AC)
- SILVA, A S.; BERTOLIN, R. *A construção da linguagem*. São Paulo: Ibep, 1995. (CL)

Referências Bibliográficas

- CASTILHO, A T. de. *A Língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. O Português do Brasil. In: ILARI, R. *Linguística Românica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

- CYRINO, S. M. L. *O Objeto nulo no português do Brasil*. Londrina: UEL, 1997.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- GALVES, C. A Gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, jan/jun. 1998.
- MURRIE, Z. de F. (Org.). *O ensino de português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB – Mercado das Letras, 1996.
- SILVA, R. V Mattos E. *Contradições no ensino do português : a língua que se fala x a língua que se ensina*. 2. ed. São Paulo: Contexto; Salvador: Univ. Federal da Bahia, 1997.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.